

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das Informações Trimestrais
em 31 de março de 2013 e Relatório
sobre a Revisão de Informações Trimestrais
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais) Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.510	44.200
Títulos e valores mobiliários	4	138.039	159.606
Contas a receber	5	199.379	194.778
Estoques	6	29.946	26.938
Tributos a recuperar	7	26.504	35.021
Adiantamento a fornecedores		5.542	6.682
Outros ativos		<u>7.199</u>	<u>6.452</u>
		<u>431.119</u>	<u>473.677</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	2.072	2.549
Tributos a recuperar	7	31.169	30.717
Depósitos judiciais	16	<u>11.830</u>	<u>11.853</u>
		<u>45.071</u>	<u>45.119</u>
Investimentos	8	87.392	87.392
Imobilizado	9	1.084.342	1.003.347
Intangível	10	<u>57.487</u>	<u>54.526</u>
		<u>1.229.221</u>	<u>1.145.265</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.705.411</u>	<u>1.664.061</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		58.507	47.784
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro	11	38.501	41.796
Debêntures	12	17.772	12.994
Salários e encargos sociais		33.283	27.585
Imposto de renda e contribuição social	15	5.794	-
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		918	907
Tributos a pagar		7.676	18.597
Participação nos lucros a pagar	14	4.068	20.142
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		36.170	36.170
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.570	800
Outros passivos		<u>8.846</u>	<u>7.752</u>
		<u>213.105</u>	<u>214.527</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro	11	30.506	30.203
Debêntures	12	537.654	537.459
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		9.718	9.823
Tributos diferidos	15	1.849	2.381
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	10.342	9.919
Outros passivos		<u>296</u>	<u>423</u>
		<u>590.365</u>	<u>590.208</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>803.470</u>	<u>804.735</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	17	539.490	537.625
Reservas de capital	17	2.231	233
Reservas de lucros	17	321.388	321.768
Ajuste de avaliação patrimonial	17	(809)	(300)
Lucros acumulados		<u>39.641</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>901.941</u>	<u>859.326</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.705.411</u>	<u>1.664.061</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita líquida de vendas e serviços	19	239.889	199.140
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	<u>(107.023)</u>	<u>(87.380)</u>
LUCRO BRUTO		132.866	111.760
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(62.224)</u>	<u>(50.194)</u>
LUCRO OPERACIONAL		70.642	61.566
Receitas financeiras	21	3.908	1.364
Despesas financeiras	21	<u>(14.164)</u>	<u>(12.619)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(10.256)	(11.255)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>60.386</u>	<u>50.311</u>
Imposto de renda e contribuição social	15	(21.125)	(17.646)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>39.261</u>	<u>32.665</u>
Lucro básico por ação - R\$	18(a)	0,31	0,26
Lucro diluído por ação - R\$	18(b)	0,31	0,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		39.261	32.665
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Hedge de fluxos de caixa	23	<u>_(509)</u>	<u>_(1.926)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>38.752</u>	<u>30.739</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais) - Não auditado

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Expansão	Retenção	Especial			
EM 1º DE JANEIRO DE 2012	<u>527.587</u>	<u>(5.581)</u>	<u>13.192</u>	<u>61.243</u>	<u>135.268</u>	<u>2.329</u>	<u>2.102</u>	<u>-</u>	<u>736.140</u>
Integralização de capital - emissão de ações	403	-	-	-	-	-	-	-	403
Plano de opções de ações	-	921	-	-	-	-	-	-	921
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã	-	-	-	-	-	(380)	-	380	-
Resultado abrangente do período - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(1.926)	-	(1.926)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.665</u>	<u>32.665</u>
EM 31 DE MARÇO DE 2012	<u>527.990</u>	<u>(4.660)</u>	<u>13.192</u>	<u>61.243</u>	<u>135.268</u>	<u>1.949</u>	<u>176</u>	<u>33.045</u>	<u>768.203</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais) - Não auditado

	Capital Social Subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Expansão	Especial	Retenção de lucros			
EM 1º DE JANEIRO DE 2013	<u>537.625</u>	<u>233</u>	20.768	61.243	<u>808</u>	<u>238.949</u>	(300)	-	<u>859.326</u>
Integralização de capital - emissão de ações	1.865	-	-	-	-	-	-	-	1.865
Plano de opções de ações	-	1.998	-	-	-	-	-	-	1.998
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã	-	-	-	-	(380)	-	-	380	-
Resultado abrangente do período - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(509)	-	(509)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	39.261	39.261
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM 31 DE MARÇO DE 2013	<u>539.490</u>	<u>2.231</u>	<u>20.768</u>	<u>61.243</u>	<u>428</u>	<u>238.949</u>	<u>(809)</u>	<u>39.641</u>	<u>901.941</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	60.386	50.311
Ajustes:		
Depreciação e amortização	31.323	24.675
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	486	1.040
Provisão para despesa com opções de ações	1.998	921
Participação de lucros a pagar	3.974	3.600
Ganho na baixa de ativos imobilizados e intangível	(10.166)	(7.386)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	12.644	11.500
Provisão para devedores duvidosos	<u>4.996</u>	<u>6.410</u>
	<u>45.255</u>	<u>40.760</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(9.120)	(7.194)
Estoques	(3.008)	(3.863)
Tributos a recuperar	14.949	3.397
Depósitos judiciais	23	(77)
Outros ativos	393	9.258
Fornecedores	2.445	(1.485)
Salários e encargos sociais	5.698	1.310
Tributos a pagar	(10.921)	(48)
Outros passivos	<u>1.643</u>	<u>(1.006)</u>
	<u>2.102</u>	<u>292</u>
Processos judiciais liquidados	(63)	(2.585)
Juros pagos	(7.919)	(2.463)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.871)	(15.132)
Participação nos lucros pagos	<u>(20.048)</u>	<u>(7.917)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	70.842	63.266

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DE MONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Títulos e valores mobiliários	<u>21.567</u>	<u>-</u>
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (*)	<u>(119.525)</u>	<u>(73.006)</u>
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	<u>8.306</u>	<u>9.720</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(89.652)</u>	<u>(63.286)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Aportes de capital	<u>1.865</u>	<u>403</u>
Amortização de empréstimos	<u>(3.733)</u>	<u>(8.692)</u>
Ingressos de empréstimos	<u>988</u>	<u>3.391</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(880)</u>	<u>(4.898)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO	<u>(19.690)</u>	<u>(4.918)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (NOTA 3)	<u>44.200</u>	<u>35.179</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (NOTA 3)	<u>24.510</u>	<u>30.261</u>

(*) No total de aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível estão sendo considerados os créditos de Pis e Cofins.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	293.801	226.401
Cancelamentos e descontos	(28.123)	(7.619)
Outras receitas (venda de ativos)	773	1.758
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Constituição	<u>(4.996)</u>	<u>(6.410)</u>
	<u>261.455</u>	<u>214.130</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(7.424)	(5.245)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.972)	(26.364)
Baixa de ativos de locação	(5.640)	(2.266)
Outros	<u>-</u>	<u>(11)</u>
	<u>(56.036)</u>	<u>(33.886)</u>
Valor adicionado bruto	205.419	180.244
Depreciação, amortização e exaustão	(31.323)	(24.675)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	174.096	155.569
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	3.783	1.364
Valor adicionado total a distribuir	<u>177.879</u>	<u>156.933</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:	58.752	58.225
Remuneração direta	45.529	45.873
Benefícios	9.861	9.503
FGTS	3.362	2.849
Impostos, taxas e contribuições	59.356	49.048
Federais	55.372	45.723
Estaduais	1.618	976
Municipais	2.366	2.349
Remuneração sobre o capital de terceiros	20.510	16.995
Juros e variações cambiais	14.154	12.618
Aluguéis	6.356	4.377
Remuneração sobre o capital próprio	39.261	32.665
Lucros retidos/prejuízo do exercício	<u>39.261</u>	<u>32.665</u>
Valor adicionado distribuído	<u>177.879</u>	<u>156.933</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) - Não auditado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (e) A participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades.

As informações contábeis contidas nessas Informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 3 de maio de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21, que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o *International Accounting Standards* - (IAS) nº 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2011, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2012), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste trimestre, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2013 são a de “Resumo das principais políticas contábeis”, “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital” e a de “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2012, pelas notas 2, 3, 4, 5 e 19, respectivamente.

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, divulgadas nas Notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas dia 13 de março de 2013 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas Informações trimestrais

As informações referentes aos Pronunciamentos Contábeis e Interpretações Emitidas Recentemente não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.4 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012. Abaixo listamos as normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Modificação à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1);
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2);

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	4.510	6.682
Aplicações financeiras	<u>20.000</u>	<u>37.518</u>
	<u>24.510</u>	<u>44.200</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2013, as aplicações financeiras referem-se a certificados de

depósitos bancários do Banco Santander, remunerados a taxa de 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (103,5% em 31 de dezembro de 2012).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O saldo de R\$138.039 registrado em 31 de março de 2013 (R\$159.606 em 31 de dezembro de 2012) como títulos e valores mobiliários refere-se a aplicações financeiras junto ao Banco Santander, através de depósitos bancários, remunerados a taxa de 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo da conta será utilizado, principalmente, para aquisição de bens do ativo imobilizado da Companhia.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Divisão Construção	52.142	52.867
Divisão Jahu	76.477	66.585
Divisão Serviços Industriais	54.177	59.041
Divisão Mills Rental	56.234	51.290
Eventos (**)	4.120	4.247
	<u>243.150</u>	<u>234.030</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(41.699)</u>	<u>(36.703)</u>
	<u>201.451</u>	<u>197.327</u>
Circulante	<u>199.379</u>	<u>194.778</u>
Não circulante	<u>2.072</u>	<u>2.549</u>

(*) A provisão para devedores duvidosos do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

Em 31 de março de 2013, contas a receber de clientes no total de R\$41.699 (2012 - R\$36.703) estavam provisionadas. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber que durante o primeiro trimestre de 2013 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

A Mills possui contas a receber correspondente aos bens da Divisão de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de março de 2013, o ativo está ajustado a valor presente e a Administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado integralmente até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de clientes em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	130.754	130.420
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	11.496	11.688
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	47.646	40.577
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	11.309	15.359
Vencidos acima de 120 dias (*)	<u>41.945</u>	<u>35.986</u>
Total	<u>243.150</u>	<u>234.030</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

Dentro do contas a receber da Divisão Jahu estão incluídos, em 31 de março de 2013, os valores de R\$14.216 (R\$ 10.228 em 31 de dezembro de 2012) relativos a vendas de matéria prima para industrializadores do Easysset, cujo prazo de recebimento, pelas suas próprias características, é superior a 120 dias, maior, portanto, que a média dos demais clientes da referida Divisão.

6. ESTOQUES

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Matérias primas	7.093	7.327
Produtos acabados	7.777	8.170
Peças de reposição e suprimentos	8.318	7.763
Adiantamentos para estoques	6.129	3.202
Outros	<u>629</u>	<u>476</u>
Total	<u>29.946</u>	<u>26.938</u>

Os estoques de matérias primas, produtos acabados e dos adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	56.219	54.724
IRPJ e CSLL a compensar	791	6.453
ICMS a compensar	98	3.618
Outros	<u>565</u>	<u>943</u>
	<u>57.673</u>	<u>65.738</u>
Circulante	<u>26.504</u>	<u>35.021</u>
Não circulante	<u>31.169</u>	<u>30.717</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2016.

8. INVESTIMENTO

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares ("Rohr"), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Durante o ano de 2011 a Companhia recebeu R\$ 2.608 (líquidos de impostos) referente a juros sobre o capital próprio do ano anteriores, tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações.

No quarto trimestre de 2011 houve aumento da participação na Rohr S.A. Estrutura Tubulares (Rohr) de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controla de forma individual ou conjunta essas políticas e não possui representatividade na Administração da investida.

Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em dezembro de 2012 a Companhia registrou em receita financeira R\$3.214 de juros sobre capital próprio da Rohr, referentes aos anos de 2011 e 2012.

9. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto													
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>1.123.154</u>	<u>96.182</u>	<u>46.566</u>	<u>1.265.902</u>	<u>12.767</u>	<u>25.156</u>	<u>9.501</u>	<u>4.274</u>	<u>1.457</u>	<u>7.174</u>	<u>1.691</u>	<u>62.020</u>	<u>1.327.922</u>
Aquisição	78.907	-	41.006	119.913	1.203	-	1.655	278	141	574	535	4.386	124.299
Baixa/alienação	(8.416)	(1.818)	-	(10.234)	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	(10.239)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(6.884)	-	-	(6.884)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.884)
Reclassificação	<u>706</u>	<u>(706)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>1.187.467</u>	<u>93.658</u>	<u>87.572</u>	<u>1.368.697</u>	<u>13.970</u>	<u>25.156</u>	<u>11.156</u>	<u>4.552</u>	<u>1.598</u>	<u>7.743</u>	<u>2.226</u>	<u>66.401</u>	<u>1.435.098</u>
Depreciação acumulada													
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(295.534)</u>	<u>(12.890)</u>	<u>-</u>	<u>(308.424)</u>	<u>(3.104)</u>	<u>(1.080)</u>	<u>(5.718)</u>	<u>(2.522)</u>	<u>(654)</u>	<u>(3.073)</u>	<u>-</u>	<u>(16.151)</u>	<u>(324.575)</u>
Depreciação	(27.291)	(2.340)	-	(29.631)	(339)	(177)	(342)	(128)	(25)	(138)	-	(1.149)	(30.780)
Baixa/alienação	3.704	895	-	4.599	-	-	-	-	-	-	-	-	4.599
Reclassificação	<u>23.560</u>	<u>(23.560)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2013	<u>(295.561)</u>	<u>(37.895)</u>	<u>-</u>	<u>(333.456)</u>	<u>(3.443)</u>	<u>(1.257)</u>	<u>(6.060)</u>	<u>(2.650)</u>	<u>(679)</u>	<u>(3.211)</u>	<u>-</u>	<u>(17.300)</u>	<u>(350.756)</u>
Taxas anuais de depreciações - %	10	10	-	-	20	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo Imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2012	827.620	83.292	46.566	957.478	9.663	24.076	3.783	1.752	803	4.101	1.691	45.869	1.003.347
Saldo em 31 de março de 2013	891.906	55.763	87.572	1.035.241	10.527	23.899	5.096	1.902	919	4.532	2.226	49.101	1.084.342

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Eluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as aquisições durante o primeiro trimestre de 2013, por grupamento:

Escoramentos	23.405
Plataformas	73.374
Formas de concretagem reutilizáveis	2.057
Andaime suspenso e estruturas de acesso	18.202
Outros	<u>7.261</u>
Total de aquisições	<u>124.299</u>

A depreciação do período, alocada aos custos diretos de obras e locação e às despesas gerais administrativas, montam em 31 de março de 2013 a R\$29.631 e R\$1.149 (31 de março de 2012 - R\$23.754 e R\$715), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 11).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação da vida útil estimada datada em 31 de dezembro de 2012, a mesma também foi aprovada em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, o responsável técnico considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vida útil dos bens.

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado para o exercício de 2012, bem como não houve eventos durante o período findo em 31 de Março de 2013 que pudessem afetar a avaliação efetuada em 2012.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

10. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total Intangível</u>
<u>Custo do intangível bruto</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>17.465</u>	<u>932</u>	<u>44.294</u>	<u>62.691</u>
Aquisição	3.504	-	-	3.504
Saldos em 31 de março de 2013	<u>20.969</u>	<u>932</u>	<u>44.294</u>	<u>66.195</u>
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(3.811)</u>	<u>(122)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(8.165)</u>
Amortização	(500)	(43)	-	(543)
Saldos em 31 de março de 2013	<u>(4.311)</u>	<u>(165)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(8.708)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	20	-	-
<u>Resumo intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.654	810	40.062	54.526
Saldo em 31 de março de 2013	16.658	767	40.062	57.487

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011, e os mesmos estão sendo considerados como um segmento de negócio e uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2011, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, período ao longo do qual a Companhia projetou fluxos de caixa com base em previsões financeiras aprovadas pela Administração, considerando uma taxa de desconto em torno de 12% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento.

O valor recuperável da UGC GP Sul foi determinado com base em laudo a valor de mercado emitido por empresa especialista em agosto de 2011.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da GP Sul, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi em torno de 12 % a.a.

Ambas as projeções foram atualizadas em 2012 e não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,70% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 0,9% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	31.293	31.672
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>7.208</u>	<u>10.124</u>
	<u>38.501</u>	<u>41.796</u>
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	22.013	22.314
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>8.493</u>	<u>7.889</u>
Total	<u>30.506</u>	<u>30.203</u>

Empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 1,70,% a 4,5% de juros ao ano	26.493	27.323
Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 3,3% de juros ao ano	<u>4.800</u>	<u>4.349</u>
	<u>31.293</u>	<u>31.672</u>

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 0,90% de juros ao ano	<u>22.013</u>	<u>22.314</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Banco Fibra
- Itaú BBA

- HSBC
- Banco

Alfa

A Companhia celebrou, em 27 de maio de 2011, o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de U\$15,8 milhões (equivalente a R\$25,4 milhões). A liquidação do empréstimo será realizada em uma única parcela, no vencimento, em 28 de maio de 2013 e o pagamento dos juros acontecerá semestralmente. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (*swap*) no montante de R\$25,4 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) sejam integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto.

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Garantias concedidas:		
Recebíveis	231	904
Alienação fiduciária (*)	<u>66.775</u>	<u>66.775</u>
Total das garantias reais	<u>67.006</u>	<u>67.679</u>
Notas promissórias	20.777	20.777

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2013 estão demonstrados abaixo:

2014	3.440
2015	3.535
2016	3.132
2017	3.132
2018 a 2021	<u>8.774</u>
	<u>22.013</u>

Covenants

Contrato de financiamento firmado com o Banco Itaú estabelece limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros como demonstrado abaixo:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2.

No fechamento das informações trimestrais de 31 de março de 2013 todos os índices estão sendo cumpridos.

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 2,5% a 3,80% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2013	7.208	10.124
2014	7.420	6.773
2015	<u>1.073</u>	<u>1.116</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	<u>15.701</u>	<u>18.013</u>
	<u>15.701</u>	<u>18.013</u>
Parcela do circulante	7.208	10.124
Parcela do não circulante	8.493	7.889

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado desses passivos financeiros, os juros são pós-fixados e reconhecidos de maneira pró-rata.

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro com opção de compra no final do prazo contratual. A opção de compra é baseada no valor residual garantido que pode ser pago no início, no fim ou durante o prazo contratual. Há também a opção de renovação do contrato de arrendamento pelo prazo e condições que as partes ajustarem.

Os arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

12. DEBÊNTURES

1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão à 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Em 31 de março de 2013 os saldos das debêntures bruto dos custos de transação são de R\$18.511 no passivo circulante e de R\$540.000 no passivo não circulante e R\$17.772 e R\$537.654 líquidos dos custos de transação respectivamente. (Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de debêntures é de R\$13.733 no passivo circulante e de R\$540.000 no passivo não circulante e R\$12.994 e R\$537,459 líquidos dos custos de transação respectivamente).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2.

No fechamento das informações trimestrais de 31 de março de 2013 todos os índices estão sendo cumpridos.

13. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período.

Em 31 de março de 2013 a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços

de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b) Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Salários e encargos – Diretoria	1.842	1.014
Honorários do Conselho de Administração	460	529
Participação nos lucros	320	356
Pagamentos com base em ações	<u>425</u>	<u>327</u>
	<u>3.047</u>	<u>2.226</u>

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 27 de março 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que o valor de participação de resultados distribuído não mais será fixo em 25%, podendo variar entre o mínimo de 20% e o máximo de 30%, (*) do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e da remuneração do capital próprio. A métrica para este cálculo está aprovada pela administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor registrado no passivo circulante e no resultado em 31 de março de 2013 é de R\$3.974 (em dezembro de 2012 - R\$20.142 no passivo circulante e em março de 2012 R\$3.600 no resultado).

(*) O percentual exato dentro desta faixa será definido até o último dia útil do exercício em questão, gerando a base para pagamento do ano seguinte.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

As informações relativas aos programas das opções de compra de ações da Companhia estão resumidas a seguir:

<u>Planos</u>	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares		
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Plano Especial Top Mills	01/01/2008	10/07/2015	782	(700)	82
Plano 2010					
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(711)	764
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(261)	923
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	-	1.258

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício R\$	Volatilidade	Rendimento de dividendos	Taxa de juros anual sem risco	Prazo máximo de exercício
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discrecional	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Plano 2002</u>		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
<u>Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO</u>		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções a exercer (milhares)	82	95
Número de ações exercidas (milhares)	973	960
<u>Plano executivos Mills Rental</u>		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
<u>Plano 2010</u>		
Reserva de capital	4.266	3.825
Número de opções a exercer (milhares)	764	768
Número de ações exercidas (milhares)	711	670
<u>Programa 2011 (Plano 2010)</u>		
Reserva de capital	3.760	3.280
Número de opções a exercer (milhares)	923	1.011
Número de Ações exercidas (milhares)	261	125
<u>Programa 2012 (Plano 2010)</u>		
Reserva de capital	3.230	2.153
Número de opções a exercer (milhares)	1.258	1.258
Total registrado como patrimônio (acumulado)	17.857	15.859
Efeito no resultado (*)	(1.998)	(5.837)

(*) Em 31 de março de 2012 o efeito no resultado foi despesa de R\$921.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	60.386	50.311
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social à alíquota nominal	(20.531)	(17.106)
Provisões indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(871)	(456)
Outros	277	(84)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(21.125)	(17.646)
Alíquota efetiva	34,98%	35,07%
Imposto de renda corrente	(21.395)	(18.597)
Imposto de renda diferido	<u>270</u>	<u>951</u>
	(21.125)	(17.646)

(*) A(*) As provisões indedutíveis estão compostas por despesas de stock options, brindes, perdão de dívida e multas por infrações fiscais.

b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente em 31 de março de 2013 é de R\$418.

c) Composição do imposto de renda e contribuição social do diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Ágio Itapoã	681	-	(380)	301
Ajuste a valor presente	129	-	(43)	86
Hedge sobre imobilizado	1.252	-	(854)	398
Outras provisões	470	-	(134)	336
Provisão para devedores duvidosos	6.059	447	-	6.506
Arrendamento financeiro	(745)	-	496	(249)
Participação nos lucros	-	1.485	-	1.485
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.415	144	-	3.559
Derivativos swap	155	263	-	418
Depreciação acelerada	-	(188)	-	(188)
GP Andaimas Sul Locadora	(190)	(34)	-	(224)
Ágio Jahu	(11.510)	(720)	-	(12.230)
Atualização depósito judicial	(987)	(21)	-	(1.008)
Debêntures	<u>(1.110)</u>	<u>-</u>	<u>71</u>	<u>(1.039)</u>
	<u>(2.381)</u>	<u>1.376</u>	<u>(844)</u>	<u>(1.849)</u>

Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Participação nos lucros	Pelo pagamento
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em 5 anos
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Derivativos - Hedge de fluxo de caixa	Pela depreciação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de março de 2013.

	IR e CSLL diferidos ativos	IR e CSLL diferidos passivos
2013	4.048	(238)
2014	2.260	(308)
2015	2.260	(308)
2016	2.260	(201)
2017	2.260	(107)
A partir de 2018	-	(13.775)
Total	<u>13.088</u>	<u>(14.937)</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

16. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Tributários (i)	4.493	4.425
Cíveis (ii)	396	444
Trabalhistas (iii)	2.754	2.462
Honorários de êxito (iv)	<u>2.699</u>	<u>2.588</u>
Total	<u>10.342</u>	<u>9.919</u>

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de Pis e Cofins (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº

10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003. A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.

- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

b) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Tributários (i)	8.541	8.440
Trabalhistas (ii)	2.734	2.858
Cíveis	<u>555</u>	<u>555</u>
Total	<u>11.830</u>	<u>11.853</u>

- (i) Em outubro de 2001 a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2013 é representado pelo valor de R\$539.490 (31 de dezembro de 2012 - R\$537.625) dividido em 126.491 mil (31 de dezembro de 2012 - 126.399 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações, independentemente de reforma estatutária ou aprovação por parte dos acionistas, bem como estipular os termos, condições, preço de emissão e forma de integralização das novas ações a serem emitidas.

(a.2) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações. As ações emitidas no período foram integralmente subscritas e integralizadas pelos seus respectivos beneficiários e podem ser assim demonstradas:

Plano de opções	Aprovação do Conselho de Administração	Quantidade de ações emitidas	Preço de emissão	Aumento de capital (em milhares)
Programa 2010	08/02/2013	600	12,49	8
Programa 2010	08/02/2013	3.050	12,40	38
Programa 2011	08/02/2013	<u>88.574</u>	20,54	<u>1.819</u>
		<u>92.224</u>		<u>1.865</u>

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	Quantidade de ações (em milhares)	%	Quantidade de ações (em milhares)	%
<u>Acionistas</u>				
Andres Cristian Nacht	15.596	12,34%	15.596	12,34%
Snow Petrel S.L.	17.728	14,03%	17.728	14,03%
HSBC Bank Brasil S.A.	6.323	5,00%	6.323	5,00%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia (*)	11.826	9,36%	11.826	9,36%
Outros	<u>75.018</u>	<u>59,27%</u>	<u>74.926</u>	<u>59,27%</u>
	<u>126.491</u>	<u>100,00%</u>	<u>126.399</u>	<u>100,00%</u>

(*) Os outros signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, todos detentores de participações individuais inferiores a 5% do capital da Companhia, são representados na qualidade de acionistas, inclusive para fins de exercício de direito de voto, por Andres Cristian Nacht.

b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de Expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$17.857 referente aos planos de stock options para os empregados e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$558, totalizando R\$2.231 como reserva de capital em 31 de março de 2013 (em 31 de dezembro 2012 - R\$233).

d) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial-*hedge* de fluxo de caixa

A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data de 31 de março de 2013 no valor de R\$809 líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2012 R\$300).

f) Dividendos Mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações 6.404.

18. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>39.261</u>	<u>32.665</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>126.477</u>	<u>125.689</u>
Lucro básico por ação	<u>0,31</u>	<u>0,26</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>39.261</u>	<u>32.665</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	126.477	125.689
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>1.337</u>	<u>2.575</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>127.814</u>	<u>128.264</u>
Lucro diluído por ação	0,31	0,25

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31/03/2013	31/03/2012
Locação	206.704	157.716
Vendas	13.549	9.239
Assistência técnica	51.366	47.567
Indenizações e recuperação	<u>22.182</u>	<u>11.879</u>
Total receita bruta	<u>293.801</u>	<u>226.401</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(25.789)	(19.642)
Cancelamentos e descontos	<u>(28.123)</u>	<u>(7.619)</u>
Total receita líquida	<u>239.889</u>	<u>199.140</u>

20. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	31/03/2013			31/03/2012		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(42.691)	(30.332)	(73.023)	(39.787)	(24.183)	(63.970)
Terceiros	(1.601)	(5.490)	(7.091)	(1.397)	(4.553)	(5.950)
Frete	(3.204)	(64)	(3.268)	(3.070)	(273)	(3.343)
Material construção/ manutenção e reparo	(11.213)	(1.826)	(13.039)	(7.808)	(708)	(8.516)
Aluguel de equipamentos e outros	(2.727)	(3.629)	(6.356)	(1.928)	(2.449)	(4.377)
Viagem	(2.728)	(3.450)	(6.178)	(1.812)	(2.409)	(4.221)
Custo das mercadorias vendidas	(12.173)	-	(12.173)	(6.243)	-	(6.243)
Depreciação	(29.631)	(1.149)	(30.780)	(23.754)	(715)	(24.469)
Amortização	-	(543)	(543)	-	(206)	(206)
Baixa de ativos	(886)	-	(886)	-	-	-
Provisão para devedores	-	(4.996)	(4.996)	-	(6.410)	(6.410)
Plano de ações	-	(1.998)	(1.998)	-	(921)	(921)
Provisões	-	(486)	(486)	-	(1.040)	(1.040)
Part. resultado	-	(3.974)	(3.974)	-	(3.600)	(3.600)

Outros	(169)	(4.287)	(4.456)	(1.581)	(2.727)	(4.308)
	<u>(107.023)</u>	<u>(62.224)</u>	<u>(169.247)</u>	<u>(87.380)</u>	<u>(50.194)</u>	<u>(137.574)</u>

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	619	373
Receitas de aplicação financeira	2.998	833
Descontos obtidos	20	156
Variação cambial e monetária ativa	145	-
Outras	<u>126</u>	<u>2</u>
	<u>3.908</u>	<u>1.364</u>

b) Despesas financeiras

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Juros de empréstimos	(1.608)	(7.272)
Variação monetária passiva	(117)	(235)
Juros de arrendamento financeiro	(413)	(1.638)
Juros - Debêntures	(11.064)	(2.571)
Tarifas bancárias	(72)	(292)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(4)	(3)
Outras	<u>(886)</u>	<u>(608)</u>
	<u>(14.164)</u>	<u>(12.619)</u>

22. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de Construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica, equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Receita líquida	47.467	39.319	64.857	52.481	51.461	50.875	76.104	56.465	239.889	199.140
(-) Custos e despesas	(23.120)	(20.437)	(37.108)	(26.175)	(45.164)	(44.703)	(32.532)	(21.584)	(137.924)	(112.899)
(-) Depreciação/amortização	(7.108)	(5.493)	(8.895)	(7.100)	(2.738)	(2.752)	(12.582)	(9.330)	(31.323)	(24.675)
Lucro operacional	<u>17.239</u>	<u>13.389</u>	<u>18.854</u>	<u>19.206</u>	<u>3.559</u>	<u>3.420</u>	<u>30.990</u>	<u>25.551</u>	<u>70.642</u>	<u>61.566</u>
Receita financeira	1.146	253	520	387	1.775	238	467	486	3.908	1.364
Despesa financeira	(3.307)	(2.856)	(4.027)	(3.837)	(2.829)	(1.787)	(4.001)	(4.139)	(14.164)	(12.619)
Lucro antes do IRPJ/CSL	15.078	10.786	15.347	15.756	2.505	1.871	27.456	21.898	60.386	50.311
(-) IRPJ/CSL	<u>(5.275)</u>	<u>(3.777)</u>	<u>(5.368)</u>	<u>(5.534)</u>	<u>(876)</u>	<u>(658)</u>	<u>(9.606)</u>	<u>(7.677)</u>	<u>(21.125)</u>	<u>(17.646)</u>
Lucro Líquido	<u>9.803</u>	<u>7.009</u>	<u>9.979</u>	<u>10.222</u>	<u>1.629</u>	<u>1.213</u>	<u>17.850</u>	<u>14.221</u>	<u>39.261</u>	<u>32.665</u>

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imobilizado	227.185	214.221	328.032	309.293	68.205	73.162	460.920	406.671	-	-	1.084.342	1.003.347
Outros ativos	<u>102.323</u>	<u>117.365</u>	<u>205.240</u>	<u>195.548</u>	<u>103.170</u>	<u>133.393</u>	<u>122.944</u>	<u>127.016</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>621.069</u>	<u>660.714</u>
Ativo total	<u>329.508</u>	<u>331.586</u>	<u>533.272</u>	<u>504.841</u>	<u>171.375</u>	<u>206.555</u>	<u>583.864</u>	<u>533.687</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>1.705.411</u>	<u>1.664.061</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

23.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	24.510	44.200
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	201.451	197.327
Depósitos Judiciais	11.830	11.853
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	53.306	53.986
Arrendamento financeiro	15.701	18.013
Debêntures	555.426	550.453
Contas a pagar a fornecedores	58.507	47.784
Passivos financeiros ao valor justo		
Derivativos	1.570	800
Ativos financeiros ao valor justo		
Títulos e valores mobiliários	138.039	159.606
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	17.857	15.859

23.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2013.

	Saldos Nível 2	
	31/03/2013	31/12/2012
<u>Ativos</u>		
Títulos e valores mobiliários	138.039	159.606
<u>Passivos financeiros</u>		
Derivativos usados para <i>hedge</i>	1.570	800

(a) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas informações trimestrais pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
BNDES	TJLP	26.769	26.211	26.813	26.664
Capital de giro	CDI	26.054	27.134	26.492	27.322
Leasing	CDI	15.675	17.796	15.701	18.013
1ª Emissão de Debêntures	CDI	268.900	275.283	279.025	274.067
2ª Emissão de Debêntures					
1ª Série	CDI	159.301	162.395	162.413	165.674
2ª Série	IPCA	115.561	113.783	117.073	113.992

(d) Valor justo de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

23.3. Instrumentos financeiros Derivativos - *hedge*

(a) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (*Non Deliverable Forwards*), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

- (b) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	31/03/2013		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Valores a receber/ a pagar
NDF	63.426	(1.569)	(1.569)
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 1,98 a 2,15 (USD)			
NDF	582	(1)	(1)
Compra a termo de Euro Taxa contratada 2,67 (EURO)	64.008	(1.570)	(1.570)

<u>Tipo</u>	31/12/2012		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Valores a receber/ a pagar
NDF	152.868	(800)	(800)
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 2,05 a 2,15 (USD)			

- (c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

- (d) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge* (*swap*) da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "*Dollar offset*", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

Em 31 de março de 2013, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(e) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting (swap)* realizadas, as perdas e os ganhos verificados nessas operações de derivativos são reconhecidos em contrapartida dos bens *hedgeados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de março de 2013 o montante de R\$2.693 foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas/ganhos não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos/ativos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Em 31 de março de 2013, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica Ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$809 (perdas não realizadas de R\$300 em 2012). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo período, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(f) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

24. Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	31/03/2013		
		<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
BNDES	TJPL	26.813	27.148	27.483
Leasing	CDI	15.701	15.976	16.251
Capital de giro	CDI	26.492	26.957	27.422
Debêntures				
1ª Emissão de debêntures	CDI	279.025	283.915	288.805
2ª Emissão de debêntures				
1ª Série	CDI	162.413	165.259	168.106
2ª Série	IPCA	<u>117.073</u>	<u>118.741</u>	<u>120.410</u>
		<u>627.518</u>	<u>637.997</u>	<u>648.476</u>
	Variação		1,67%	3,34%
<u>Referência</u>		Cenário I manutenção da taxa	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI		7,01%	8,76%	10,52%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA		5,70%	7,13%	8,55%
US\$		2,01	2,52	3,02
Euro		2,59	3,23	3,88

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

25. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de março de 2013.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	606.429
Patrimonial	279.830
Responsabilidade civil	50.600
Responsabilidade civil de administradores	30.000
Veículos	2.497

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2013, a Companhia adquiriu a prazo R\$49.644 em equipamentos com atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esse investimento não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa (R\$41.366 em 31 de dezembro de 2012).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de abril de 2013, em Reunião do Conselho de Administração aprovou-se o aumento do capital social da Companhia através da emissão de 66.903 (sessenta e três mil e novecentos e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos) por ação, totalizando o montante de R\$169.264,59 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme o Plano Especial de Outorga de Opções TopMills.
